



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

ATA N.º 32

MANDATO 2021/2025

Aos cinco dias do mês de maio do ano dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Valongo, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Valongo, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1 - Intervenção do público; -----

2 - Período antes da ordem do dia. -----

ORDEM DO DIA -----

1. – Aprovação da ata n.º 31 de 27.02.2025. -----

2 – DISCUTIR E VOTAR PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE: -----

2.1 – Abertura de procedimento concursal para provimento, do cargo dirigente intermédio de 2.º grau, Chefe da Divisão da Polícia Municipal – Comandante da Polícia Municipal e submissão à aprovação da Assembleia Municipal a constituição do Júri do procedimento; -----

2.2 - Proposta de Submissão do Plano Estratégico de Recuperação das Linhas de Água (PERLA) à Assembleia Municipal. -----

2.3 - Relatório de Gestão, e aplicação do Resultado Líquido do Período – Exercício Económico de 2024, da Vallis Habita; -----

2.4 - Relatório e Contas do Município de Valongo, do ano 2024; -----

2.5 - 2ª Revisão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano de 2025; -----

2.6 - Conselho Municipal de Saúde de Valongo – eleição de presidente de junta em representação das freguesias do concelho. -----

3. - Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo. -----

Estavam presentes vinte e nove elementos, cujos nomes constam da lista de presenças com as respetivas rubricas. Presentes, também, o Senhor Vice-Presidente da Câmara Paulo Jorge Esteves Ferreira, os/as senhores/as vereadores/as Ana Maria Martins Rodrigues, Ivo Vale das Neves, Orlando Gaspar Rodrigues, Mário Armando Martins Duarte, Maria Manuela da Silva Moreira Duarte e Maria Manuela Moreira da Rocha. -----

Verificou-se a substituição, ao abrigo do art.º 78º da Lei 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, dos Membros da Assembleia Municipal Ana Isabel Loureiro Pereira, Anabela Maria Freire de Sousa, Daniel Filipe Alves Felgueiras, José António Ribeiro de Carvalho, Mário Rui Oliveira Monteiro e Miguel António Pereira de Oliveira substituídos, respetivamente, por Pedro Miguel Fernandes Teixeira, Manuel Fernando Almeida Ferreira Pinho, André Diogo Pereira Teixeira, Rui Fernando Marques da Silva, Patrícia Maria Marques Maia e Bruno Miguel Bessa Ascensão. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Verificou-se a falta, sem substituição, dos Membros André Diogo Pereira Teixeira e João Paulo da Silveira Nunes devido a imprevisto de última hora. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, deu início à reunião. -----

A Primeira Secretária da Assembleia, **Cátia Sofia Andrade Gonçalves Lima**, procedeu à chamada dos Membros da Assembleia. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, concedeu a palavra aos munícipes que pretendessem intervir. -----

A Múncipe, **Joana Abreu**, disse ter ficado surpreendida quando recebeu uma carta da Câmara a dizer que estavam a pensar arquivar o seu processo. -----

Hoje, foi feita outra inspeção à sua casa, a insalubridade continua, o proprietário do terreno vizinho não fez nada, quando há um ano recebeu uma carta a informar que tinha de mudar o galinheiro e até hoje nada foi feito. -----

O Vice-Presidente da Câmara Municipal, **Paulo Jorge Esteves Ferreira**, disse que a Múncipe Joana Abreu tinha feito uma intervenção em reunião de Câmara e o assunto tem a ver com um terreno agrícola onde existem animais e a Múncipe Joana Abreu comprou o terreno ao lado onde construiu uma habitação onde mora há alguns anos. -----

O terreno agrícola encontra-se em partilhas e tem um caseiro que está lá há mais de 40 anos, que cuida do terreno, para além das plantações tem animais. -----

O que está em causa não é bem insalubridade pois o veterinário já lá foi mais do que uma vez e não verificou que houvesse insalubridade. -----

Disse de seguida que ali existe uma questão de direito privado entre eles vizinhos onde a Câmara não tem poderes para interferir, a Câmara pode vistoriar para ver se existe ou não insalubridade, o que já foi feito. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, deu a palavra aos Membros que pretendessem intervir. -----

O Membro do Grupo Municipal do PS, **Agostinho Barbosa Vieira Rodrigues Silvestre**, apresentou a seguinte Moção: -----

Moção – De repúdio pelas agressões a manifestantes, perpetradas por grupos de extrema-direita, no dia 25 de abril, em Lisboa -----

Celebrar o 25 de abril de 1974, é certamente dizer que é bom ter liberdade de existir, de ser e pensar que é possível uma sociedade tolerante, mais justa e menos desigual. É celebrar a oportunidade de ter voz para concordar, mas também discordar. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Ao longo destes 51 anos o povo português tem dito que gosta da liberdade com responsabilidade e de discordar com tolerância. A pedagogia da tolerância deve ser uma tarefa de todos os que se preocupam com a democracia. Só quem não quer a liberdade promove o discurso do ódio e a normalização da violência, como faz a extrema-direita em Portugal e em outras partes do mundo. -----

Os acontecimentos nas mais recentes comemorações do 25 de abril, em Lisboa, onde um grupo de manifestantes foi barbaramente agredido e impedido de manifestar a sua vontade são, a este propósito, muito preocupantes e revelam a verdadeira natureza da extrema-direita: não querem a ordem porque não gostam da liberdade, semeiam o caos porque lhes dá jeito a desordem. -----

Porque é necessário cuidar da liberdade e da democracia, que cada vez mais está em perigo, a Assembleia Municipal de Valongo, reunida em sessão ordinária 5 de maio de 2025, delibera: -----

1. manifestar um mais profundo repúdio pelas agressões a manifestantes, perpetradas por grupos da extrema-direita, no passado dia 25 de abril, em Lisboa. -----
2. Esperar que os autores de tais atos sejam penal, política e socialmente condenados. -----

O Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **André Diogo Pereira Teixeira**, disse que foram alertados por dirigentes de clubes de Sobrado relativamente a queixas sobre o Estádio Municipal de Sobrado, a forma como o Município tem gerido o equipamento desportivo, o sistema de regra que se encontra com anomalias, tendo a bomba de água avariado definitivamente o que provoca a degradação do relvado sintético, a falta de sistema de som que foi roubado há mais de 2 meses e ainda não foi repostos. -----

Relativamente à empreitada dos balneários o cenário relatado é preocupante, a obra deveria estar concluída em 2024 o que não aconteceu, a área construída é inferior à área prevista no projeto, os balneários estão a ser utilizados, mas com diversas anomalias como os cacifos partidos, problemas elétricos, o sistema de ventilação queimado, a falta de casas de banho. -----

Foi prometida a colocação de uma cobertura junto aos balneários e outra na bancada, o que ainda não aconteceu. -----

Sendo o desporto uma componente essencial de coesão social, de saúde pública e formação dos mais jovens, o Clube Desportivo de Sobrado, como outros no concelho, merecem respeito e condições. -----

Perguntou de seguida relativamente ao campo de jogos do Balselhense se já existe algum projeto, se já falaram com os moradores para se decidir o que lá fazer. -----

Gostaria de saber se já está planeado o início das obras da rua do Outeiro do Linho, rua Central da Retorta e a rua de São Sebastião. -----

O Membro do Grupo Municipal do CDS/PP, **Tiago Ferreira da Silva Moreira Dionísio**, disse que Valongo, infelizmente, voltou a ser notícia pelos piores motivos, a reportagem sobre a situação dramática de uma mãe e filha menor cercada por ocupantes ilegais, em Ermesinde. -----

Após a exposição mediática as entidades competentes procuraram agir com rapidez, mas é profundamente lamentável que só o tenham feito depois de ver a sua inércia exposta ao país inteiro. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

A responsabilidade de agir deveria decorrer da consciência, do dever público e não apenas como reação à pressão social que manchou, uma vez mais, a imagem de Valongo. -----

Todos viram uma lixeira a céu aberto, que será um risco grave para a saúde pública onde a Câmara terá competência para intervir, viram crianças a brincar no meio do lixo onde existe ratazanas e pragas, situação que deveria ser de imediato sinalizada à CPCJ, viram um animal acorrentado em condições deploráveis que configurará um crime de maus-tratos a animais, houve relatos de violência e injúrias em plena via pública. -----

Viram uma mãe e filha a pedir apoio, pessoas vulneráveis, ameaçadas e em risco, sem condições, situação que deveria ser o primeiro foco de intervenção, os mecanismos de emergência social, ou soluções habitacionais temporárias deveriam ser ativados de imediato. -----

Em 3 dias, após a denúncia pública resolveram aquilo que não conseguiram resolver durante meses, se tudo tivesse sido feito atempadamente a reportagem não teria existido. -----

Tomou conhecimento que o terreno foi limpo, o animal foi retirado e foi encontrada uma solução habitacional temporária para a mãe e filha, lamenta que tenha acontecido sob pressão mediática. -----

A Membro do Grupo Municipal da CDU, **Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, disse que relativamente às comemorações do 25 de Abril não percebeu muito bem as atividades, devem fazer um balanço do que correu bem e do que correu mal. No ano passado correu muito bem, tiveram crianças a dançar, havia alegria, este ano foi o contrário e só não correu pior, porque estavam de luto nacional. -----

De seguida fez as seguintes intervenções: -----

Habitação no Concelho de Valongo -----

A CDU tem vindo a abordar, em diversas sessões da Assembleia Municipal, a grave situação da habitação no concelho de Valongo, não por reação a casos mediáticos, mas porque reconhece há muito que o acesso à habitação é uma verdadeira emergência social em Portugal. -----

Neste contexto, assinalamos positivamente o esforço do município de Valongo na recuperação de 43 habitações que se encontravam abandonadas em Ermesinde, no trabalho desenvolvido no âmbito do programa 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação e na reabilitação de empreendimentos existentes. -----

Contudo, apesar destes esforços, a resposta é manifestamente insuficiente para as necessidades do concelho. Segundo o próprio Presidente da Câmara Municipal, existem atualmente cerca de 400 agregados familiares em lista de espera por uma solução habitacional digna, e mesmo com a concretização das habitações previstas no 1.º Direito nem metade destes agregados verá a sua situação resolvida. -----

Sabemos que o drama da habitação não é exclusivo do nosso concelho, mas antes uma crise nacional. Mais de 13 mil pessoas vivem em situação de sem-abrigo, mais do dobro face a 2018. Quase 5% da população enfrenta uma sobrecarga nas despesas com habitação, e as taxas de sobrelotação e privação severa de condições de habitação continuam em preocupante crescimento, tendo subido dos 4,1% de 2019 para 6% em 2023. -----

São principalmente as famílias com menores rendimentos e as crianças as mais afetadas, mas hoje a crise estende-se também a famílias da classe média, incapazes de suportar os preços praticados no mercado. -----

Um estudo do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra mostra que mais de 70% das pessoas que vivem em casas arrendadas enfrentam dificuldades em pagar as rendas. Esta situação reflete diretamente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

as políticas que têm vindo a ser implementadas no país, tais como os baixos salários de mais de 3,4 milhões de trabalhadores que recebem menos de mil euros mensais, o aumento exponencial do preço das casas, a precarização dos contratos de arrendamento, o aumento especulativo das rendas, a liberalização do alojamento local, a manutenção dos vistos Gold e dos regimes fiscais privilegiados para estrangeiros ricos, bem como a falta crónica de investimento público em habitação e a existência de milhares de casas devolutas nas mãos de fundos imobiliários. -----

Se esta política não for travada, o país arrisca recuar aos anos oitenta do século passado, quando os bairros de barracas marcavam a paisagem das áreas metropolitanas. Trinta anos depois do Programa Especial de Realojamento, o que se está a ver é uma execução de um verdadeiro programa especial de desalojamento, conduzido por sucessivos governos. -----

A pobreza e as desigualdades não são fruto do acaso. A crise da habitação também não. São o resultado de políticas que incentivam a exploração, os baixos salários, a especulação imobiliária e os lucros da banca, em detrimento da vida digna das famílias. -----

Em Valongo, apesar de alguns projetos em curso, a realidade local reflete esta situação nacional, a construção pública de habitação acessível continua muito aquém das necessidades, com um investimento claramente insuficiente. -----

A CDU tem apresentado propostas concretas para inverter esta situação. Defendemos a limitação das rendas, a proteção dos inquilinos contra despejos injustificados, o controlo do aumento das prestações bancárias e o reforço do parque público de habitação. Propusemos a revogação do Novo Regime de Arrendamento Urbano, a ação do Estado como promotor público de habitação, a reabilitação e utilização de imóveis públicos para fins habitacionais, o incentivo à criação de cooperativas de habitação e o controlo da atividade dos fundos imobiliários. Propusemos ainda linhas de crédito bonificadas para recuperação de imóveis devolutos e mecanismos de posse administrativa para colocar casas vazias ao serviço da população. Todas estas propostas foram rejeitadas pela maioria parlamentar, onde PS, PSD, Chega, IL e CDS continuam a preferir políticas que favorecem a banca, os fundos imobiliários e os grandes interesses económicos. -----

O problema da habitação é alimentado pela ausência de resposta pública, pela liberalização do alojamento local, pela manutenção dos vistos Gold e pela especulação. Em Valongo, como em muitos outros concelhos, vemos prédios vazios enquanto centenas de famílias vivem em condições indignas. -----

É urgente mudar de rumo. É indispensável garantir habitação pública acessível, travar a especulação imobiliária, proteger quem arrenda e quem paga crédito e assegurar que o direito à habitação, inscrito na Constituição da República, se cumpra plenamente na vida das pessoas. -----

A CDU reafirma com determinação: a habitação é um direito, não um privilégio, nem um negócio ao serviço de poucos. Em Valongo e em todo o país, estaremos sempre do lado de quem luta por um futuro onde “todos, todos, todos”, tenham uma casa digna onde viver. -----

Tomada de Posição – O que é ser político -----

Após várias reuniões de líderes — e também em algumas sessões da Assembleia Municipal, bem como na comunicação social — tem-se ouvido com frequência uma ideia que, apesar de aparentemente inofensiva, é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

profundamente preocupante: a de que *"não sou político"* ou *"não faço política"*. Esta afirmação, por vezes repetida com orgulho, representa uma tentativa clara de desvalorizar a própria função democrática dos eleitos.

É precisamente esta ideia — a de que ser político é algo negativo — que importa desconstruir. Ser político é assumir a responsabilidade de intervir na vida coletiva, de contribuir para o bem comum e de colocar o interesse público acima de interesses individuais ou partidários. É assumir o compromisso com causas, com valores e com soluções para os problemas concretos das populações. -----

Para a CDU, fazer política é um ato de seriedade e entrega, não um meio para proveito pessoal. Mesmo as senhas de presença atribuídas aos eleitos são entregues ao Partido — o que reflete uma prática de total separação entre o exercício de funções públicas e qualquer interesse individual. -----

Importa também afirmar com clareza que, quando se confronta a gestão da Câmara Municipal na Assembleia Municipal, está-se a fazer política. Mas uma política que se inscreve no pleno cumprimento das funções democráticas atribuídas a este órgão. A Assembleia Municipal tem a responsabilidade de fiscalizar a atividade do executivo, de acompanhar a execução das opções do plano e do orçamento, de zelar pela legalidade das decisões municipais e de dar voz às populações. Esta ação de escrutínio não é um ataque, é uma função essencial à boa governação. Recusar o debate político neste contexto é, na prática, recusar a democracia. -----

A política não se faz do silêncio, da neutralidade ou da indiferença. Faz-se do debate, da construção de consensos e da pluralidade de opiniões. É normal — e saudável — que existam diferentes perspetivas sobre como resolver um problema. O que engrandece a democracia é precisamente a capacidade de discutir, confrontar ideias e construir soluções conjuntas. -----

É por isso que a ideia de que o melhor para o país são as maiorias absolutas está errada. Maiorias absolutas podem facilitar a governação, mas dificultam o diálogo, reduzem a exigência da negociação e afastam a política do seu objetivo principal: encontrar, em conjunto, as melhores respostas para todos. -----

Desvalorizar a política é desvalorizar a democracia. A CDU reafirma o seu compromisso com uma política feita com seriedade, clareza e sempre ao serviço do interesse coletivo. -----

E, apesar de alguns quererem dizer que não, a verdade é que quem integra uma lista — seja de um partido ou de independentes — torna-se político. E deve dizê-lo com orgulho. Sobretudo quando exerce o cargo para o qual foi eleito com seriedade e honestidade, abdicando do seu tempo pessoal, da vida familiar e do lazer, para estar aqui a cumprir uma missão de serviço público. Isso é política no seu sentido mais nobre. E é disso que a democracia precisa. -----

O Membro do Grupo Municipal do BE, **Fernando Manuel Costa Barbosa**, fez as seguintes intervenções: -----

Voto de Saudação – Ao 25 de Abril -----

No passado 25 de abril, celebramos os 51 anos da revolução. Celebramos ontem, celebramos hoje e devemos celebrar sempre abril, porque a democracia tem de saber o dia em que nasceu. -----

Durante meio século, a revolução de abril estacou a peste do racismo e do autoritarismo. Por isto, a todos os que lutaram, lutam e continuarão a lutar, devemos dizer obrigado. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O 25 de abril, inicialmente, cumpriu-se com o fim da censura e com as eleições livres. As primeiras em que as mulheres votaram em igualdade aos homens. Vieram as primeiras eleições autárquicas, início da eleição, livre, de um povo que escolhe quem os representa na política de proximidade. -----

Mas não esqueçamos. A força da derrota da ditadura perdurou, porque foi inscrita num texto, que até hoje é rejeitado pelos herdeiros de Salazar, ou seja, a Constituição, que não é apenas um texto, mas um texto que explana as vontades que um povo, o que quer para o país: liberdade, saúde, educação e habitação para todos.

Hoje, mais ainda quando há forças que, diariamente, tentam alargar a sua influência de saudosismo, cavalcando no que falta fazer, ou que foi feito menos bem, atacam as liberdades conquistadas por um povo que as conquistou, devemos pensar, e gritar bem alto que o 25 de abril faz-se mantendo viva a imaginação e o querer de um Portugal justo e solidário. -----

Diariamente, vemos o discurso de ódio entrar pelo pátio das escolas, pelas ruas, pelo telemóvel. É por isso que não devemos interpretar a democracia como alvo adquirido, mas como algo em que acreditar, e porquê lutar. ---

Não ocultar que abril foi a torrente de alegria, a beleza de vencer o fascismo. Reclamar o futuro é construir o progresso a favor da comunidade e distribuir todos os seus frutos. Afirmamos a certeza de que aqui cabe o mundo todo, todos temos o direito a viver em condições iguais e a ter o que precisamos para ter uma vida condigna. -----

Assim a Assembleia Municipal de Valongo, reunida em sessão ordinária em 05.05.2025 delibera: -----

- Manifestar e respeitar formalmente o significado histórico e social do 25 de abril; -----

- Manifestar o apoio às liberdades singulares e coletivas à democracia e aos valores de abril. -----

Voto de Saudação – Ao 1.º de maio -----

Ao longo dos últimos 51 anos, o 1.º de Maio é classificado como o ponto alto da luta dos trabalhadores portugueses, em defesa das conquistas de abril e a Constituição da República Portuguesa. -----

É também indissociável da democracia, pois em 1974 foi o primeiro desta luta em liberdade. Liberdade de se manifestar, liberdade de reivindicar. -----

Estávamos nos finais do século XIX, mais propriamente a 1 de maio de 1886, dia marcado pelo massacre de trabalhadores em luta por melhores condições de trabalho, quando foi lançada a semente que tarda em desabrochar. -----

Volvidos 2 séculos, não deixa de ser agonizante que para tantas e tantos trabalhadores, se continue a lutar pelas justas reivindicações do 1.º de Maio. -----

Hoje, aumenta o ataque aos trabalhadores, seja pela desregulação dos horários, seja pelo manter de baixos salários, que atira para a pobreza, muitos dos que têm trabalho. -----

Finais do século XIX, lutava-se pelo máximo de 8 horas diárias. 139 anos depois, os trabalhadores são confrontados com aumentos de jornadas diárias que podem chegar às 10 ou 12 horas. -----

Celebrar o 1.º de Maio, é lembrar que os direitos do trabalho nunca são concedidos, são conquistados. -----

O 1.º de Maio, é a vontade coletiva para melhorar as condições de vida e de trabalho, combater as injustiças e as desigualdades, acabar com a exploração. É lembrar que o direito a trabalhar, em condições justas e favoráveis, com uma remuneração justa e satisfatória, que assegura o trabalhador e à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, é um direito humano. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Assim, a Assembleia Municipal de Valongo, reunida em sessão ordinária em 5 de maio de 2025, delibera: -----

1. Saudar o 1.º de Maio e nele a coragem de todos e todas, que exigem dignidade, democracia e progresso social, pela defesa do emprego com direitos, salário e pensões dignas e pela prestação de um serviço público de qualidade para todas e todos; -----
2. Saudar as lutas das trabalhadoras e dos trabalhadores dos setores público, privado e social, por condições de trabalho dignas, salários justos e contra todas as formas de precariedade ou exploração. -

Voto de Pesar – Pela morte de Fatma Hassona -----

Imagens brutais continuam a entrar-nos pelos olhos dentro. Corpos dilacerados de civis, homens e mulheres. Destruição de escolas, hospitais, centros culturais, bibliotecas. Crianças queimadas vivas em tendas, incendiadas por bombas lançadas por militares israelitas. Ataques deliberados às instalações e ao pessoal da ONU e de organizações humanitárias. Profissionais de saúde abatidos e enterrados em valas comuns. Mais de 150 jornalistas e outros profissionais da comunicação social mortos em Gaza, como lembrava a Federação Internacional de Jornalistas em janeiro passado. -----

Agora foi Fatma Hassona, fotojornalista palestina a ser morta no passado dia 16 de abril com todos os 10 membros da sua família. A sua casa situada em Al Tuffah no norte de Gaza foi o alvo dum bombardeamento do exército israelita. Tinha ela 25 anos. -----

Mais uma vida, entre tantas outras, destruídas por um dedo carregando num botão lançou um míssil para reduzir a escombros mais uma casa em Gaza. -----

Hassona não era apenas uma fotojornalista, mas uma voz humanitária e inesquecível da história da cidade que é atacada todos os dias. Ativistas em prol da verdade e dos direitos do povo palestino, Fatma Hassona destacou-se pela coragem em documentar com a sua câmara fotográfica os horrores dos bombardeamentos israelitas em Gaza, massacres que já ceifaram a vida a mais de 50.000 pessoas. -----

A sua morte trágica ocorreu um dia depois do filme “Put your soul on your hand and walk” da realizadora iraniana Sepidesh Farsi em que Fatma Hassona é protagonista, ter sido selecionado pela Associação do Cinema Independente para o festival de Cannes entre 14 e 23 de maio próximo. -----

A Assembleia Municipal de Valongo, reunida em sessão ordinária em 5 de maio de 2025, delibera: -----

- 1 – Aprovar um voto de pesar pela morte de Fatma Hassona fotojornalista palestina de 25 anos; -----
- 2 - Expressar a mais firme condenação por mais este crime bárbaro; -----
- 3 - Reclamar justiça para Fatma e toda a população civil de Gaza que tem sido massacrada. -----

De seguida disse que no passado dia 28 de abril Portugal e Espanha viveram um dia como não há memória de algo tão grave e prolongado, as comunicações falharam, os hospitais estiveram sob pressão, houve falhas no abastecimento de água, tiveram corridas às bombas de gasolina e aos hipermercados. -----

À posteriori todos sabem, que não foi tão grave como o esperado inicialmente, mas nada garante que não possa voltar a acontecer, com consequências catastróficas. -----

Não querendo entrar em hipotéticas responsabilidades, os governos centrais na quase entrega da produção e distribuição de energia a privados há ilações que devem ser tiradas. -----

Em primeiro lugar a falta de informação potencia o perigo, a falta de comunicação e de meios para fazer chegar a comunicação aos cidadãos foi notório e preocupante. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Devem aproveitar para melhor, prepararem-se para eventualidades futuras, as autarquias, o poder público mais próximo dos cidadãos tem uma responsabilidade acrescida, nomeadamente a comunicação aos cidadãos, seja pela via de autofalante colocados em locais estratégicos no município à semelhança do que aconteceu em muitas autarquias de Espanha e outros locais, seja pela aquisição de equipamentos instalados em viaturas municipais que possam percorrer o município informando os cidadãos do que está a acontecer e principalmente como agir. -----

O Membro do Grupo Municipal do CHEGA, **Rui Fernando Marques da Silva**, disse todos terem conhecimento que o problema da habitação é real e têm surgido diversas soluções alternativas, uns dizem que a solução se faz pela procura, outros pela oferta, uns dizem que se tem de apoiar a compra, outros que se tem de apoiar a construção, uns dizem que devem deixar o mercado funcionar, outros que o setor público tem de intervir. -----
A habitação é um problema atual em Portugal, qualquer solução não terá efeitos imediatos, não há nenhuma solução que coloque 500.000 ou 600.000 casas no mercado. -----

Disse de seguida, como exemplo, a D. Deolinda, munícipe do concelho, residente em Ermesinde, tem cerca de 60 anos, é reformada, tem uma pensão de 600 euros e paga uma renda de 300 euros, uma renda aceitável nos dias de hoje, a senhora foi surpreendida, recentemente, com uma doença oncológica que lhe agrava de forma significativa as despesas e a impede de pagar a renda. -----

Neste momento foi obrigada a pedir ajuda à Câmara Municipal de Valongo porque não está a conseguir fazer face às despesas, a solução encontrada pela Câmara foi a inscrição da senhora para habitação social. -----
Todos sabem que os recursos públicos não são infinitos, compreende que não aparecem casas todos os dias e que não é possível de um momento para o outro alocar uma casa, mas nesta situação a senhora necessita de uma ajuda para pagar a renda da casa não de uma casa. -----

O Membro do Grupo Municipal do PAN, **Vítor Fernando Parati Matos Ribeiro**, disse que o caso da mãe e filha que viveram com ameaças, em Ermesinde, veio chocar a opinião pública, não podem deixar de lamentar os acontecimentos. -----

Quem pratica atos desse grau de crueldade com outras pessoas não pode sair impune, mas também não podem generalizar o comportamento errado das pessoas e considerar toda a comunidade cigana da mesma forma. -----

Assim, gostaria de saber se a Câmara tem habitações temporárias para situações de apoio à vítima, qual foi o parecer do delegado de saúde em reação à habitação que possuía resíduos acumulados, qual foi a ação do veterinário municipal perante a falta de condições de bem-estar do animal, se o senhorio foi instruído a intervir para garantir as condições de habitabilidade, se o valor da dívida do serviço de água será perdoado, o que fez para que existisse uma solução num espaço de poucos dias após a reportagem e quais os critérios de prioridade. -----

De seguida apresentou a seguinte Moção: -----

Moção – Pessoas em situação de sem-abrigo -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

A situação de sem-abrigo constitui uma violação grave dos direitos humanos, afetando diretamente a dignidade, segurança, saúde e bem-estar das pessoas. No concelho de Valongo a problemática das pessoas da situação de sem-abrigo tem vindo a crescer. O Grupo Municipal do PAN, testemunhou recentemente esta realidade, com a vista de mais de 15 pessoas nesta situação, só na freguesia de Ermesinde. Como Membro desta Assembleia Municipal e, como alguém que já foi sem-abrigo e enfrentou as dificuldades das dependências, considero que há medidas que podem ser implementadas para que seja possível dar uma nova oportunidade a estas pessoas, tal como a tive. -----

É da responsabilidade do município, proporcionar uma resposta eficaz e humana a esta realidade. Deste modo, propomos que a Assembleia Municipal de Valongo, na sua sessão ordinária de 5 de maio de 2025, delibere aprovar uma moção com o sentido de: -----

1. Criar uma casa de Abrigo Municipal de acolhimento permanente, com a missão de oferecer abrigo seguro, alimentação, higiene e apoio psicossocial. Este espaço será um ponto de partida para a reintegração social das pessoas em situação de sem-abrigo garantindo dignidade e oportunidades de recomeço. -----
2. Mapear a população em situação sem-abrigo que identifique o número, as condições e as necessidades das pessoas em situação sem-abrigo, em colaboração com as IPSS, paróquias, e de mais entidades sociais, com o objetivo de elaborar um plano de intervenção eficaz. -----
3. Reforçar os protocolos com os Alcoólicos Anónimos e Narcóticos Anónimos, para garantir o acesso de quem necessite a reuniões, presenciais ou online, de apoio no concelho, promovendo a recuperação das pessoas com dependências. -----
4. Implementar um Plano Municipal de Inclusão Social para as pessoas em situação de sem-abrigo, com programas de reintegração, formação e acesso a habitação, com a finalidade de apoiar as pessoas em situação sem-abrigo a recuperar a sua autonomia e reintegrarem-se na sociedade de forma plena. -----
5. Implementar um programa piloto de “Housing First”, com disponibilidade imediata de habitação com o apoio psicossocial contínuo, conforme previsto na Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (ENIPSSA). -----
6. Criar uma unidade móvel de apoio social e de saúde para contacto e acompanhamento de pessoas na situação sem-abrigo. -----

O Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Rogério Henrique Palhau**, apresentou os seguintes documentos: -----

Requerimento – Ponto de Situação dos Processos Envolvendo o Município de Valongo e a Parque VE ----

Nos termos legais e regimentais em vigor, o Grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal de Valongo vêm, por este meio, requerer através de V. Exa. ao sr. Presidente da Câmara Municipal a informação e ponto de situação global, total, atualizado e detalhado de todos os processos - judiciais, extrajudiciais e/ou administrativos - que envolvam o Município de Valongo e a Parque VE. -----

Mais se requer que a informação inclua, ainda que de forma sintética, com clareza: -----

- Estado atual (fase em que se encontra) -----
- Objeto de cada processo ou diferendo -----
- Identificação das entidades envolvidas -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

- Montante em causa (caso aplicável) -----
- Eventuais decisões já proferidas -----
- Expectativas quanto à evolução ou resolução dos processos -----

Tal como noutros pedidos, este requerimento tem por base o facto de eu e os membros da oposição não dispõem, nesta Assembleia Municipal, de qualquer apoio administrativo que permita recolher, organizar e tratar informação com este nível de detalhe, como acontece em outros municípios. -----

Sendo os autarcas eleitos para a Assembleia Municipal cidadãos que exercem estas funções em regime de não exclusividade, conciliando-as com a sua vida profissional e pessoal, torna-se essencial que a informação relevante para o exercício das suas competências de fiscalização e acompanhamento da atividade municipal seja prestada de forma célere, clara e acessível por parte do executivo municipal. -----

Nestes termos, solicita-se a V. Exa. que promova as diligências necessárias junto da Câmara Municipal de Valongo para que a informação seja requerida e remetida à Assembleia Municipal com brevidade. -----

Requerimento – Informação Detalhada sobre a Obra da “Casa da Democracia” -----

Nos termos legais e regimentais aplicáveis, o Grupo Municipal do PSD vêm, por este meio, requerer através de V. Exa. que seja solicitado ao Executivo Municipal o envio de toda a informação disponível relativa à obra de construção da designada “Casa da Democracia” – futuros Paços do Concelho de Valongo. -----

Tendo em conta os inúmeros problemas associados a esta empreitada ao longo dos anos, solicita-se que a informação seja apresentada de forma sistematizada, clara e completa e que inclua, entre outros, os seguintes elementos: -----

- Custos com o projeto inicial e eventuais revisões de projeto; -----
- Aquisição de terrenos, incluindo eventuais processos de expropriação; -----
- Custos com arranjos exteriores, nomeadamente nas vias e espaços públicos envolventes; -----
- Estado da empreitada de construção, com indicação e fases concluídas e por executar; -----
- Referência à empreitada anterior, incluindo contrato com a empresa Tecnifeira, fundamentos e data da sua rescisão, bem como o ponto de situação do processo judicial atualmente em curso relacionado com esse diferendo e valor da ação; -----
- Dados do contrato com o novo empreiteiro responsável pela obra; -----
- Trabalhos a mais já executados ou previstos, com respetiva justificação técnica e orçamental; -----
- Previsão orçamental e cronograma atualizado para os trabalhos por concluir, nomeadamente especialidades (instalações técnicas, equipamentos, acabamentos, etc.) e apetrechamento do edifício. –

Este pedido fundamenta-se, mais uma vez, na ausência de estruturas de apoio técnico ou administrativo à disposição dos eleitos da oposição nesta Assembleia Municipal, o que contrasta com práticas já adotadas noutros municípios. Acresce que os eleitos não têm meios próprios para aceder e tratar informação com esta complexidade e extensão pelo que é obrigação do executivo assegurar o fornecimento célere e estruturado desta informação, permitindo assim o escrutínio democrático e o cumprimento das competências de fiscalização atribuídas por lei à Assembleia Municipal. -----

Nestes termos, solicita-se a V. Exa. que promova junto da Câmara Municipal de Valongo as diligências necessárias para que esta informação nos seja remetida com a maior brevidade possível. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Requerimento – Quadro resumo dos Empréstimos Contraídos pelo Município de Valongo -----

Nos termos legais e regimentais em vigor, o Grupo Municipal do PSD de Valongo vêm, por este meio, requerer através de V. Exa. ao sr. Presidente da Câmara Municipal o envio de um quadro resumo com a informação e ponto de situação global, total, atualizado e detalhado e individual de todos os empréstimos contraídos pelo Município, no qual constem, de forma clara, ainda que sintética, os seguintes elementos: -----

- Objeto do empréstimo -----
- Montante contratado -----
- Instituição financeira -----
- Condições contratuais (juros, garantias, etc.) -----
- Prazos (de pagamento, carência, vencimento, etc.) -----

Este pedido tem como fundamento o exercício da função fiscalizadora e justifica-se pelo facto de que os eleitos da oposição não dispõem, ao contrário do que sucede em alguns municípios, de quaisquer meios ou apoio administrativo que facilitem a recolha e tratamento desta informação, e com o detalhe que permita ter uma apreciação fundamentada, o que dificulta o exercício pleno e eficaz do seu mandato de fiscalização. -----

Ora, sendo os autarcas cidadãos eleitos que, na sua maioria, conciliam as suas funções políticas com atividade profissional, torna-se indispensável que o acesso à informação municipal relevante seja facilitado por quem detém os meios e recursos do Município, garantindo assim os princípios da transparência, do acesso à informação, do equilíbrio democrático e, globalmente, o exercício do Direto/Obrigaçao de fiscalização. -----

Nestes termos, solicita-se a V. Exa. que promova as diligências necessárias junto do Executivo Municipal para que a solicitada informação seja disponibilizada à Assembleia Municipal, com a brevidade possível. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à consideração da Assembleia a continuação do Período Antes da Ordem do Dia no Pós Ordem do Dia o que foi aceite. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 1 – Aprovação da ata n.º 31 de 27.02.2025, não se tendo verificado intervenções foi colocada à votação e aprovada por unanimidade pelos presentes na referida reunião. -----

Colocou de seguida à discussão o ponto 2.1 – Abertura de procedimento concursal para provimento, do cargo dirigente intermédio de 2.º grau, Chefe da Divisão da Polícia Municipal – Comandante da Polícia Municipal e submissão à aprovação da Assembleia Municipal a constituição do Júri do procedimento, não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por unanimidade**. -----

Seguidamente colocou à discussão o ponto 2.2 - Proposta de Submissão do Plano Estratégico de Recuperação das Linhas de Água (PERLA) à Assembleia Municipal. -----

A Membro do Grupo Municipal da CDU, **Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, fez a seguinte intervenção: -----

A elaboração do PERLA representa um passo fundamental e muito bem-vindo na gestão sustentável dos ecossistemas ribeirinhos do concelho. Este plano surge numa altura oportuna, após diversas intervenções que, embora bem-intencionadas, não seguiram as boas práticas de reabilitação de linhas de água. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

É de saudar o facto de o documento identificar claramente princípios técnicos e ambientais fundamentais para uma atuação adequada. Se forem efetivamente seguidas as boas práticas descritas, poder-se-á evitar a repetição de **atropelos como os que ocorreram em limpezas realizadas de forma voluntarista**, sem a devida orientação técnica. -----

Em particular, importa referir os casos de: -----

- **corte indiscriminado de vegetação ripícola autóctone**, como salgueiros, amieiros ou freixos, assim como de vegetação de pequeno porte como silvas, fetos ou ervas ribeirinhas, que contribuem para a estabilidade das margens e servem de abrigo e alimento para a fauna local, -----
- **poda mal-executada**, descuidando a necessidade de **ensombramento natural do leito**, que é essencial para o equilíbrio térmico e ecológico dos cursos de água, -----
- e até **alterações da geometria natural das secções**, com consequências negativas para a dinâmica fluvial, incluindo episódios de linearização artificial do traçado do curso de água. -----

Para garantir a correta aplicação das orientações do PERLA, é indispensável **formar adequadamente os funcionários do município e das juntas de freguesia**, dotando-os de conhecimentos técnicos que permitam uma atuação responsável e eficaz. De igual modo, é fundamental que as juntas de freguesia sejam **apoiadas e acompanhadas tecnicamente**, de forma a cumprirem com o que está previsto no plano, garantindo assim a preservação e valorização do património natural que são as nossas linhas de água. -----

Façamos com que este plano não seja apenas um conjunto denso de folhas, mas sim uma ferramenta para melhorarmos os nossos recursos ambientais. -----

O Membro do Grupo Municipal do CHEGA, **Rui Fernando Marques da Silva**, disse que pretendia chamar à atenção para uma situação que tem vindo a ocorrer ao longo dos anos em Sobrado, um conjunto de intervenções na margem do rio que tem levado a que a água saia do curso, como, por exemplo, a 1 Km a montante do Parque da Lomba existe um terreno que foi elevado pelo proprietário de modo a plantar videiras e quando o rio sobe circunda esse terreno. -----

Portanto, vai causar erosão em terrenos que estão longe da margem do rio, causando problemas, como a causar situações em que o rio cria novos cursos. -----

Disse que o Plano era bem-vindo, esperam que tenha resultados, os planos têm o seu tempo, é necessário implementar, levar a cabo as ações e mais tarde ver-se os resultados. -----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, **Paulo Jorge Esteves Ferreira**, disse tratar-se de um plano, como outros que a Câmara já elaborou, que vai permitir incitar um conjunto de ações que estão previstas para melhorar a qualidade dos cursos de água, bem como lhes permite fazer candidaturas a fundos comunitários

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 2.2 - Proposta de Submissão do Plano Estratégico de Recuperação das Linhas de Água (PERLA) à Assembleia Municipal, tendo sido **aprovado por unanimidade**. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

De seguida colocou à discussão o ponto 2.3 - Relatório de Gestão, e aplicação do Resultado Líquido do Período – Exercício Económico de 2024, da Vallis Habita. -----

A Membro do Grupo Municipal da CDU, **Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, fez a seguinte intervenção: -----

Após a análise do Relatório de Gestão de 2024 da Vallis Habita, a CDU considera necessário destacar várias questões que não podem passar sem crítica e reflexão. -----

Desde logo, constatamos que o documento não apresenta qualquer referência ao tempo médio de entrega das habitações devolutas pelos serviços camarários, depois de intervencionadas pela Vallis Habita. Ainda assim, através da análise dos gráficos apresentados, é possível perceber que o número médio de dias para a entrega das casas devolutas é superior, por exemplo, ao número de dias dedicados às obras de reabilitação. Aparentemente, este prazo ultrapassa 1 mês, o que é incompreensível perante a urgência habitacional sentida no concelho. Sabendo que os serviços municipais têm conhecimento atempado de qual a família a quem a habitação se destina, seria possível iniciar os procedimentos administrativos logo na fase de receção da casa, sem necessidade de aguardar pela conclusão das obras, acelerando todo o processo. -----

Outra preocupação séria prende-se com a redução significativa da fiscalização às habitações municipais. Em 2024, foram realizadas menos fiscalizações, cerca de menos 1/3 do que em 2023, sendo que já nesse ano o número era claramente insuficiente. Recordamos que estas ações de fiscalização preventiva, previstas nos contratos de arrendamento (com periodicidade semestral), são fundamentais para garantir que as condições de habitabilidade das casas se mantêm, protegendo o património público e assegurando a qualidade de vida dos moradores. -----

É igualmente importante destacar a elevada taxa de cobrança de rendas registada em 2024, contrariando discursos estigmatizantes frequentemente dirigidos a quem vive na habitação social. De acordo com o relatório, apenas 2% das rendas ficaram por cobrar, demonstrando que a esmagadora maioria dos moradores cumpre com as suas obrigações de acordo com os seus rendimentos. Importa valorizar esta realidade e denunciar a injustiça de generalizações que visam manchar a imagem de quem cumpre. -----

Relativamente ao alojamento urgente e temporário, o relatório revela que apenas uma habitação devoluta foi destinada a esta finalidade durante o ano de 2024. Dada a crescente emergência social, a CDU considera necessário questionar quantas habitações estão efetivamente alocadas a esta função e se os recursos disponíveis são suficientes para responder às necessidades reais da população. -----

Por último, sublinhamos que, ao longo dos sucessivos anos de governação do PS, não foi construída uma única nova habitação municipal em Valongo. Esta grave falha é reconhecida no próprio relatório da Vallis Habita, que refere que, embora essa competência esteja prevista nos seus estatutos, continua por executar. Esta inação, perante a crise habitacional que atravessamos, é inaceitável e demonstra uma falta de visão e de compromisso com o direito à habitação. -----

A CDU continuará atenta e a intervir para que o direito a uma habitação condigna seja uma prioridade real nas políticas municipais. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Vice-Presidente da Câmara Municipal, **Paulo Jorge Esteves Ferreira**, disse que relativamente ao prazo médio é variável, ou seja depende do estado em que a casa é entregue e a necessidade de obras a fazer para poderem ser entregues às famílias. -----

Relativamente à entrega das casas as pessoas são colocadas numa lista de acordo com os critérios estabelecidos, podendo, em situações de emergências, essa lista ser ultrapassada. -----

Quanto à fiscalização muitas vezes não será fácil ter acesso às casas. -----

Sobre as casas de emergência ou temporárias têm algumas para tentar resolver o problema dos sem-abrigo e de violência doméstica. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 2.3 - Relatório de Gestão, e aplicação do Resultado Líquido do Período – Exercício Económico de 2024, da Vallis Habita, tendo sido **aprovado por maioria** com 24 votos a favor e 5 abstenções dos Grupos Municipais do CDS/PP, CDU, BE e CHEGA; -----

De seguida colocou à discussão o ponto 2.4 - Relatório e Contas do Município de Valongo, do ano 2024. -----

A Membro do Grupo Municipal do PS, **Catarina Maria Moreira das Neves Lobo**, fez a seguinte intervenção:

Colocada à apresentação desta Assembleia o relatório e contas de 2024, vem o Grupo Municipal do Partido Socialista realçar os aspetos que se afiguram mais relevantes neste documento. -----

No que concerne à análise orçamental, verifica-se uma execução 92,6% ao nível da receita e de 90,3 % relativamente à despesa. Estes valores demonstram não só a precisão e seriedade conferidos à elaboração do orçamento, mas também o rigor imposto à sua execução. -----

Importa referir, de modo particular, que a receita corrente cobrada bruta, no valor de 68.728.199,29€, é superior à despesa corrente executada, no montante de 62.548.224,24€, acrescida das amortizações médias de empréstimo a médio e a longo prazo, no valor de 2.708.617,88€. Este equilíbrio orçamental corrente, na prática, gera poupança corrente, que poderá ser utilizada entre outras, para financiar despesas de investimento. -----

E por falar em investimento, em 2024, no que respeita ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI), foi executado o maior valor de sempre 22.443.878,61€. Se considerarmos os montantes executados, ou seja, pagos anualmente, no atual ciclo autárquico, foram executados mais de 111 milhões de euros de investimentos! -----

Quanto à análise patrimonial, o facto a que convirá dar nota diz respeito ao Resultado Líquido negativo na ordem dos 2,8 milhões e que só é essencialmente por conta das amortizações e depreciações e do acréscimo das provisões, na componente dos Gastos e Perdas, associadas ao aumento verificado nas rubricas de Gastos com Pessoal e Fornecimento e Serviços Externos, comparativamente ao ano anterior. -----

Uma outra dimensão de análise importante é, naturalmente, a evolução da dívida que regista um acréscimo em relação ao ano anterior, sem, no entanto, colocar em causa o limite de endividamento legalmente previsto e muito longe dos valores de endividamento dos primeiros anos de gestão do PS. Se não vejamos: em 2013 o valor da dívida herdada da gestão do PSD era de 54 milhões de euros e, em 2024 é de 38 milhões de euros. ----

É também com uma gestão rigorosa, em que todos os recursos são otimizados que se consegue um Prazo Médio de Pagamento aos fornecedores de 6 dias, quando em 2013 era de 137 dias! -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

E no que toca em impostos, aspeto tão importante para os cidadãos e tão caro à oposição, verifica-se uma redução de cerca de meio milhão de euros em relação a 2023. -----

Constata-se assim que os objetivos estratégicos traçados nas Grandes Opções do Plano e Orçamento se consubstanciam agora na Prestação de Contas. -----

Durante o ano de 2024, continuamos a assistir a uma preocupação em aumentar o grau de satisfação de quem vive, trabalha e visita o concelho. -----

Falemos da valorização dos recursos humanos, como fator determinante para garantir serviços públicos eficientes, da contínua dinamização da Loja e dos Espaços de Cidadão, garantindo a proximidade e rápida resposta aos cidadãos, ou da conclusão da implementação da Polícia Municipal, já em funcionamento proporcionando o acréscimo de segurança de pessoas e bens. -----

Falemos, ainda, da aposta em iniciativas de participação ativa em redes e instituições nacionais e internacionais. Valongo apostou, aqui e além-fronteiras, em proporcionar a experimentação de práticas democráticas e participativas promotoras de uma cidadania ativa. A Casa da Democracia Local será um legado de futuro para trabalhadores, cidadãos e visitantes. -----

A requalificação do Parque Escolar, há décadas desejada e necessária, tornou-se finalmente uma realidade e uma garantia. O contínuo investimento na Educação, em atividades, projetos, equipas de apoio, em tempo letivo e nas férias escolares, é mais do que visível. Veja-se o caso paradigmático do TokaMixer, cujo custo reduzido para as famílias ilustra bem o modo como parte do dinheiro dos impostos pagos pelos cidadãos é aplicado na vida real das pessoas. -----

No domínio social, destaque para projetos de grande envergadura e alcance, como o ASA - Acreditamos em Seniores Ativos, o ECCOS – Em Casa com Saúde, o Viver em Saúde e o Paredes Que Nos Unem, projetos estes que promovem a coesão e inclusão social. -----

No que diz respeito à Habitação, em 2024, encontravam-se já em realização diversas ações relativas ao Programa 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, nomeadamente a reabilitação de empreendimentos de reabilitação social, como a Serra Amarela, Palmilheira, Mirante de Sonhos, Padre António Vieira, Montes da Costa, 1.º de Maio, Baldeirão I e II. -----

O mesmo sucede com os projetos para a reabilitação dos Centros de Saúde da Bela, em Ermesinde, de Valongo e de Sobrado, e a construção de um novo Centro de Saúde na Gandra, em Ermesinde. -----

Por último, mas não menos importante, porque na verdade é onde tudo começa e não onde tudo acaba, destaca-se para a visão distintiva desta governação, em 2024 como em 2013: a afirmação das marcas identitárias de Valongo. A ardósia, o santuário, as trilobites, o ferroviário, o brinquedo tradicional, as serras, os romanos, a regueifa e o biscoito, os bugios e os mourisqueiros. Todos ocupam agora um justo lugar na afirmação e diferenciação de Valongo face a outros territórios. -----

Esta dimensão imaterial caminha lado-a-lado com a dimensão material, através de obras e iniciativas, como a rede de Oficinas Municipais (da Regueifa e do Biscoito, do Brinquedo Tradicional Português e das Artes), que se juntam à Feira da Regueifa e do Biscoito & Mercado Oitocentista, à Festa do Brinquedo e ao Entrelinhas - Festa do Ferroviário. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Apreciando o rigor da gestão e da informação prestada, este é um documento sério, elaborado com clareza e objetividade, devidamente analisado pelo Revisor Oficial de Contas. -----

Verifica que o Município de Valongo mantém a sua opção por uma gestão criteriosa, rigorosa e eficiente dos recursos disponibilizados, cumprindo os compromissos assumidos perante terceiros e desenvolvendo investimentos e projetos que contribuem para melhoria da qualidade de vida dos munícipes. -----

Pelos motivos evocados, o Partido Socialista votará favoravelmente o Relatório de Contas de 2024. -----

A Membro do Grupo Municipal da CDU, **Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, fez a seguinte intervenção: -----

Estamos hoje a analisar o Relatório e Contas referente ao exercício de 2024, aprovado pelo executivo camarário com a abstenção do PSD — uma abstenção que, mais uma vez, foi feita sem que se conhecesse qualquer opinião ou posição política deste partido no seio do executivo bicolor, composto apenas por PS e PSD. Esta ausência de debate e de contraponto tem favorecido o PS, mas não tem, de modo algum, favorecido o concelho de Valongo. O PS tem podido governar sem uma oposição efetiva, respondendo apenas perante a Assembleia Municipal. -----

Sem uma oposição ativa e crítica, a gestão socialista beneficia de um espaço de manobra quase absoluto, isento da necessidade de justificar devidamente decisões estratégicas ou investimentos relevantes. Esta realidade prejudica o interesse público e não contribui para uma governação equilibrada e transparente. Acresce que o PSD apenas se faz ouvir quando surgem casos e casinhos, permanecendo em silêncio sobre as questões estruturantes que impactam o futuro do concelho. -----

O relatório apresenta números impressionantes: taxas de execução da receita e da despesa bastante elevadas, uma redução expressiva da dívida municipal desde 2013 e um saldo orçamental positivo. Contudo, a boa gestão financeira não é um fim em si mesmo. É apenas um instrumento que deve estar ao serviço de um desenvolvimento local sustentável, justo e equilibrado — o que, infelizmente, não se verifica de forma plena. ----

Por exemplo, refere-se que foram iniciadas reabilitações de fogos em habitação social e a aquisição de edifícios inacabados para habitação com renda apoiada. No entanto, o número de novas habitações é manifestamente insuficiente face às necessidades do concelho: a compra de um prédio inacabado permitirá apenas o acréscimo de 43 habitações, ficando muito aquém das necessidades reais. Apesar da execução quase plena anunciada, esta questão foi adiada para os próximos anos, demonstrando que o problema de fundo se mantém. -----

Também na área da Educação, é referido o investimento na melhoria das condições escolares. Porém, a realidade é que muitas escolas continuam com problemas básicos, como infiltrações nas salas de aula, adiando-se as intervenções necessárias à espera dos financiamentos do PRR, quando podiam ter sido feitos arranjos urgentes e essenciais. -----

É importante alertar os Valonguenses para a leitura crítica deste relatório: trata-se de um relatório apresentado em ano de eleições. Não podemos esquecer a execução dos anos anteriores, durante os 12 anos de governação socialista. É caso para dizer: se houvesse eleições todos os anos, talvez tivéssemos sempre execuções recorde como os 22.443.878,61 euros anunciados em 2024. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Por outro lado, confirma-se aquilo que a CDU já tinha alertado: a transferência de competências da Administração Central não veio acompanhada das verbas necessárias para a sua execução. A prova disso são os défices de 6% na Educação e de 2% na Ação Social, que revelam a insuficiência de recursos para assegurar serviços públicos de qualidade. -----

A realidade é que falta exigência: falta exigência porque o PS governa confortavelmente com maioria absoluta no executivo camarário e porque a CDU, que sempre assumiu uma oposição consciente, construtiva e responsável, já não tem hoje assento no executivo. É esta ausência de fiscalização ativa que torna o escrutínio do que foi feito — e, mais ainda, do que falta fazer — mais frágil e, no final, prejudica o concelho de Valongo. ----

O Membro do Grupo Municipal do CHEGA, **Rui Fernando Marques da Silva**, disse que a taxa de execução é de 92%, mas ao longo do ano vai-se adaptando o orçamento àquilo que vai acontecendo na prática e no final do ano é quase de 100%, vai-se fazendo alterações e revisões e a taxa fica perto dos 100%. -----

Se olharem para as despesas de investimento que resultam das receitas, as receitas que vão dar origem às despesas e ao investimento, em 2021 estavam orçamentados 67 milhões de euros e obtidos 53,80%,. Em 2022 estavam orçamentados 78,6 milhões e obtidos 75%. -----

Em 2024 as receitas totais orçadas eram de 114,9 milhões de euros, o total das receitas efetivas que aparecem no relatório são 69,5 milhões, 60% das receitas totais, partindo do princípio que os orçamentos são equilibrados, a despesa mais o investimento é igual à receita, a despesa e o investimento ficou a 60% do valor orçamentado, com ajustes quase quinzenais ao orçamento camarário. -----

Relativamente a 2024 o orçamento previa um investimento de 51,8 milhões de euros e o investimento efetivo foi de 22,4 milhões de euros, portanto o investimento teve uma taxa de execução de 43,3%. -----

Em 2021 o passivo total era de 28 milhões de euros, resultante da decisão do não investimento nos anos anteriores e a direcionar essas receitas para pagamento do passivo. Em 2024 o passivo é de 45 milhões de euros. -----

O financiamento associado à construção no novo edifício dos Paços do Concelho é de cerca de 10 milhões de euros, um outro dado é a capacidade de endividamento que neste momento são de 21,5 milhões de euros. -----

Se neste momento já se deve 10 milhões de euros resultante da construção do novo edifício do Paços do Concelho e a capacidade de endividamento é de 21,5 milhões de euros, somando os dois valores já estão a ver. Relativamente à construção da Oficina do Brinquedo em Alfena, em 2023, estavam lá 6,5 milhões de euros, quando apresentaram as contas no final do ano, em 2024, o total gasto que deveria ser de 6,5 milhões de euros era de 5,45 milhões de euros, poderia ter havido uma passagem para 2024, uma fatura lançada que não tinha sido paga, mas no final de 2024 o valor gasto nesse equipamento continua a ser de 5,45 milhões de euros, gostaria de saber se houve algum erro ou se continuam a dever 1 milhão de euros. -----

O Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Rogério Henrique Palhau**, disse que na questão das contas a taxa de execução pode ser de 100% e nem por isso significa que é ótima, a questão é onde se gasta o dinheiro.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O dinheiro podia ser gasto a fazer vias públicas, a fazer coisas importantes, ou então a fazer foguetórios, árvores de Natal e a bandeira, são coisas diferentes, o que interessa discutir não é a taxa de execução, mas sim naquilo em que o dinheiro foi gasto. -----

No relatório da certificação das contas, menciona que não se encontram preenchidos os critérios necessários que lhes permita dar cumprimento ao NCP4 – Acordos de Concessão de Serviços, assim gostaria de saber porque é que a Câmara entende que não se encontram preenchidos os critérios. -----

Os relatórios de gestão não incluem em toda a sua plenitude as divulgações previstas no NCP27, gostaria de saber se quem fez a certificação não pediu e qual a razão, e porque as divulgações previstas na lei não foram cumpridas. -----

O Vice-Presidente da Câmara Municipal, **Paulo Jorge Esteves Ferreira**, começou por agradecer à equipa que fez o relatório que o fez com grande clareza. -----

Disse de seguida que a Câmara se encontra com saúde financeira, trata-se de decisões políticas, o importante é que no final do ano tudo aquilo que saiu seja inferior ao que entrou e o relatório mostra que as receitas são superiores às despesas. -----

Ao longo do ano o planeamento é revisto, o orçamento é um planeamento, uma perspetiva, e ao longo do ano vão fazendo ajustes. -----

Gastaram mais de 1 milhão de euros do orçamento municipal para desenvolver projetos para as escolas e centros de saúde, mesmo sabendo que poderiam ser ou não financiados, pois não queriam perder a oportunidade de obter esse financiamento. -----

Sobre o investimento na habitação social e na educação estão a pôr em prática o 1.º Direito que depois foi auxiliado pelo PRR. -----

Apresentaram um plano com quase 70 milhões de euros para dar condições de dignidade a todos os empreendimentos de habitação social, estão a investir em todo o parque habitacional da Câmara Municipal, já começaram no mandato anterior e estão a continuar, para dar condições dignas a quem lá mora. -----

Neste momento foram feitas obras no exterior dos edifícios para corrigir problemas existentes, como infiltrações, agora estão a fazer obra no interior das habitações. -----

Adquiriram 43 habitações no empreendimento e Mirante de Sonhos, candidataram cerca de 263 fogos, estão a contar que sejam financiados 144 fogos e os outros 119 estão a aguardar que o Governo arranje solução para os financiar a 100%. -----

Nas escolas fizeram e estão a fazer um grande investimento, já reabilitaram a Escola Secundária de Ermesinde, a Escola Vallis Longus, estão a concluir a Escola Secundária de Valongo. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 2.4 - Relatório e Contas do Município de Valongo, do ano 2024, tendo sido **aprovado por maioria** com 19 votos a favor e 10 abstenções dos grupos municipais do PPD/PSD, CDS/PP, CDU, BE e CHEGA. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 2.5 - 2ª Revisão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano de 2025. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Membro do Grupo Municipal do CHEGA, **Rui Fernando Marques da Silva**, disse que vota a favor a revisão porque vai no sentido das críticas que fez aquando da apresentação do orçamento para 2025, onde criticou algumas prioridades e algumas opções políticas, na altura votou contra o orçamento, agora vota a favor da revisão porque as alterações vão no sentido das prioridades que tinha definido. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vila Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 2.5 - 2ª Revisão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano de 2025, tendo sido **aprovado por maioria** com 20 votos a favor e 9 abstenções dos grupos municipais do PPD/PSD, CDS/PP, CDU e BE. -----

Colocou de seguida à votação, por escrutínio secreto, o ponto 2.6 - Conselho Municipal de Saúde de Valongo – eleição de presidente de junta em representação das freguesias do concelho. A votação incidiu no nome da Presidente de Junta da Freguesia de Valongo, Cláudia Maria Andrade Gonçalves Lima, – decisão tomada de acordo com os Presidentes de Junta - tendo sido **aprovado por maioria** com 25 votos a favor, 3 votos contra e 1 voto em branco. -----

Seguidamente colocou à apreciação o ponto 3. - Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, não se tendo verificado intervenções. -----

De seguida deu início ao Período Pós Ordem do Dia apresentando o seguinte Voto de Pesar: -----

Voto de Pesar Pelo Falecimento de Sua Santidade, o Papa Francisco -----

Foi com profunda consternação e imensa tristeza que tomamos conhecimento do falecimento de Sua Santidade, o Papa Francisco, ocorrido no dia 21 de abril de 2025. A partida de Jorge Mario Bergoglio representa uma perda inestimável para a Igreja Católica e para o mundo inteiro. -----

O Papa Francisco foi um farol de esperança num tempo marcado por crises globais, desigualdades crescentes e polarizações profundas. Primeiro pontífice oriundo da América Latina, o seu papado foi caracterizado por uma abertura sem precedentes ao diálogo inter-religioso, à justiça social, à proteção dos mais vulneráveis e à defesa do planeta. O seu apelo constante por uma “Igreja em saída”, próxima dos pobres, aberta ao mundo e profundamente comprometida com a dignidade humana, ecoou para além dos muros do Vaticano e inspirou líderes e cidadãos de todas as origens e credos. -----

O Papa Francisco reintroduziu com vigor as linguagens da misericórdia, da ternura e da compaixão. Denunciou as estruturas de pecado que perpetuam a exclusão, apelou ao acolhimento dos migrantes, alertou para os perigos da indiferença e confrontou os poderosos com uma coragem rara. A sua encíclica *Laudato Si* tornou-se um manifesto ético para a ecologia integral, e o seu exemplo de simplicidade e coerência pessoal reavivou o sentido espiritual de milhões. -----

Com o seu sorriso franco, palavras desarmantes e gestos de proximidade, Francisco tocou os corações de crentes e não-crentes. O seu legado é imenso e continuará a frutificar nas lutas por um mundo mais justo, mais fraterno e mais humano. -----

Neste momento de luto, expressamos as mais sentidas condolências ao povo católico, ao Colégio dos Cardeais, à Santa Sé e a todos os que encontraram no Papa Francisco uma fonte de inspiração. Que a sua memória nos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

continue a iluminar e que o seu espírito de serviço, humildade e amor ao próximo permaneça vivo nas nossas consciências e ações. -----

Que descanse em paz. -----

Em 5 de maio de 2025 a Assembleia Municipal de Valongo delibera: -----

Homenagear o Papa Francisco (Jorge Mario Bergoglio), com um minuto de silêncio. -----

O Vice-Presidente da Câmara Municipal, **Paulo Jorge Esteves Ferreira**, disse que relativamente ao investimento nos equipamentos desportivos e no desporto em geral têm vindo a fazer um grande investimento desde 2013, não só na questão material de projetos ou edifícios, que têm vindo a sofrer atualização, mas, também, no apoio à formação onde triplicaram o apoio às associações desportivas. -----

Foi o primeiro equipamento desportivo em que resolveram um problema à comunidade e à Associação Desportiva de Sobrado, na altura foi proposto que a Câmara assumisse a municipalização do estádio de Sobrado, resolveram o problema do relvado, investiram no talude de uma das partes do estádio. -----

Quanto à questão da rega já está resolvido e o som será também resolvido. -----

Sobre a obra no estádio, foi apresentado um projeto à Associação para a construção de novos balneários e uma nova bancada de cobertura e uma nova frente naquele estádio. Houve uma parceria entre a Associação Desportiva e alguns empresários de Sobrado para em conjunto com a Câmara fazer a obra, infelizmente o projeto não avançou, os empresários que inicialmente estavam disponíveis depois não avançaram e o projeto não avançou. -----

Quando lançaram a concurso do projeto, na altura com os empresários e a Associação iria custar cerca de 270 mil euros, quando foi novamente para o mercado o valor ultrapassava os 700 mil euros, pelo que acabaram por fazer só o balneário que custou meio milhão de euros. -----

Relativamente à questão de Balseilhas, terá de haver uma reunião para definir o projeto que a população reconheça necessário e importante para a comunidade, como fizeram na rua Outeiro do Moinho, que foi um exemplo de participação cívica, como a rua Central da Retorta. -----

Quanto às ruas têm feito novas ruas e pavimentações em várias ruas, quando posteriormente aparecem buracos as garantias são acionadas e o empreiteiro tem de arranjar. -----

Sobre o apagão têm de ter em conta o que aconteceu, para no futuro se voltar a acontecer estarem acautelados, mas no próprio dia a Proteção Civil com a Polícia Municipal em articulação com as forças de segurança GRN e PSP e os bombeiros andaram a percorrer algumas instituições, como a Santa Casa da Misericórdia e IPSS que tivessem assistência domiciliária, ou pessoas a serem cuidadas nos locais para perceberem se havia necessidade de ajuda. -----

Disse de seguida que a ação social tem equipas diariamente no terreno e, portanto, os casos que existem no concelho estão identificados, o caso da D. Deolinda em concreto não tem conhecimento de como está, mas estão a acompanhar a D. Andreia como outras pessoas que estão identificadas e os sem-abrigo. -----

Quanto aos sem-abrigo estão identificados os que existem no concelho, concentram-se maioritariamente em Ermesinde e estão a ser acompanhados, já conseguiram que alguns fossem tratados e fossem para centros de reabilitação. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Estão a criar dois equipamentos para tentar melhorar a situação dos sem-abrigo, um centro de recursos, em colaboração com a Junta de Freguesia de Ermesinde, no Mercado onde vão disponibilizar balneários, uma sala de barbeiro e cabeleireiro, cacifos, um espaço para carregar os telemóveis, uma lavandaria e um gabinete de apoio onde vai estar uma equipa da área social para acompanhamento. -----

Foi protocolado com o Lar Marista, onde vão ter de 8 a 10 camas onde possam dormir, facultando transporte para poderem sair do sítio onde estão, normalmente no centro das cidades, e irem para o Lar Marista para pernoitar e no dia seguinte para os trazerem para o centro da cidade, sendo-lhes permitido levar um animal de estimação, vão ter uma cama, beliche, uma pequena secretária e casa de banho comum. -----

A Vereadora, **Maria Manuela da Silva Moreira Duarte**, disse que relativamente à procura de habitação social neste momento existe uma lista e 803 agregados familiares em espera, onde há muita gente com grandes dificuldades. -----

Há regras para a atribuição de habitação, um regulamento onde diz como vão pontuar cada pessoa que se inscreve, após a inscrição é feita uma vistoria à casa onde habitam, são analisados os dados relativos à saúde do agregado familiar, os recursos económicos, o número de pessoas que constitui o agregado familiar e é atribuída uma pontuação. -----

Em relação à família da D. Andrea, em 2023 veio encaminhada de uma situação de violência doméstica e foi para uma casa abrigo, posteriormente não foi comprovada a existência de violência doméstica e foi-lhe retirado o estatuto. -----

Separou-se do marido e foi viver para aquela casa ao mesmo tempo foi para lá viver para o rés-do-chão um grupo de vizinhos de etnia cigana, neste momento estão lá 10 pessoas que como a D. Andreia estão a ser acompanhados pela Câmara. -----

Em relação ao caso da D. Andreia rapidamente lhe foi atribuída casa pelo facto de ser um caso de exceção devido às ameaças que tem tido. -----

Apareceu uma casa em Alfena onde vivia uma pessoa que foi para um Lar e a casa ficou disponível no dia 17 de abril. -----

Após toda a situação que se criou telefonaram várias vezes à D. Andreia que não atendeu o telefone, até que conseguiram contactá-la e ela foi à Câmara onde reuniram com ela e lhe disseram que no prazo de um mês lhe seria atribuída uma casa em Alfena, ela não aceitou de imediato porque queria falar com alguém, passado uma semana veio à Câmara e disse que não aceitava a casa porque vivam lá ciganos da mesma família e não se sentia segura, embora tem conhecimento que não são da mesma família. -----

Entretanto arranjam uma outra solução, em Ermesinde, que ficou vaga e ia ter obras e a D. Andreia ficou a aguardar que essa casa ficasse disponível. -----

Disse de seguida que devido à exposição mediática que foi criada, a D. Andrea ficou numa situação de grande insegurança, pois durante os cinco anos que viveu naquela casa tinha um bom relacionamento com os vizinhos, o problema surgiu devido a uma retirada de água que veio a despoletar a discussão entre eles. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Relativamente à vistoria à casa foram feitas três vistorias, a última no dia 17 de abril, tendo sido comunicado ao senhorio, pois a responsabilidade não é da Câmara mas sim do senhorio, o auto de vistoria foi entregue ao senhorio e à inquilina que também tem responsabilidade nesse aspeto. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à discussão a seguinte Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PS: -----

Moção – De repúdio pelas agressões a manifestantes, perpetradas por grupos de extrema-direita, no dia 25 de abril, em Lisboa -----

Celebrar o 25 de abril de 1974, é certamente dizer que é bom ter liberdade de existir, de ser e pensar que é possível uma sociedade tolerante, mais justa e menos desigual. É celebrar a oportunidade de ter voz para concordar, mas também discordar. -----

Ao longo destes 51 anos o povo português tem dito que gosta da liberdade com responsabilidade e de discordar com tolerância. A pedagogia da tolerância deve ser uma tarefa de todos os que se preocupam com a democracia. Só quem não quer a liberdade promove o discurso do ódio e a normalização da violência, como faz a extrema-direita em Portugal e em outras partes do mundo. -----

Os acontecimentos nas mais recentes comemorações do 25 de abril, em Lisboa, onde um grupo de manifestantes foi barbaramente agredido e impedido de manifestar a sua vontade são, a este propósito, muito preocupantes e revelam a verdadeira natureza da extrema-direita: não querem a ordem porque não gostam da liberdade, semeiam o caos porque lhes dá jeito a desordem. -----

Porque é necessário cuidar da liberdade e da democracia, que cada vez mais está em perigo, a Assembleia Municipal de Valongo, reunida em sessão ordinária 5 de maio de 2025, delibera: -----

1. manifestar um mais profundo repúdio pelas agressões a manifestantes, perpetradas por grupos da extrema-direita, no passado dia 25 de abril, em Lisboa. -----
2. Esperar que os autores de tais atos sejam penal, política e socialmente condenados. -----

Não se tendo verificado intervenções foi colocada à Votação e **aprovada por unanimidade**. -----

Seguidamente colocou à discussão a seguinte Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PAN: -----

Moção – Pessoas em situação de sem-abrigo -----

A situação de sem-abrigo constitui uma violação grave dos direitos humanos, afetando diretamente a dignidade, segurança, saúde e bem-estar das pessoas. No concelho de Valongo a problemática das pessoas da situação de sem-abrigo tem vindo a crescer. O Grupo Municipal do PAN, testemunhou recentemente esta realidade, com a vista de mais de 15 pessoas nesta situação, só na freguesia de Ermesinde. Como Membro desta Assembleia Municipal e, como alguém que já foi sem-abrigo e enfrentou as dificuldades das dependências, considero que há medidas que podem ser implementadas para que seja possível dar uma nova oportunidade a estas pessoas, tal como a tive. -----

É da responsabilidade do município, proporcionar uma resposta eficaz e humana a esta realidade. Deste modo, propomos que a Assembleia Municipal de Valongo, na sua sessão ordinária de 5 de maio de 2025, delibere aprovar uma moção com o sentido de: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

1. Criar uma casa de Abrigo Municipal de acolhimento permanente, com a missão de oferecer abrigo seguro, alimentação, higiene e apoio psicossocial. Este espaço será um ponto de partida para a reintegração social das pessoas em situação de sem-abrigo garantindo dignidade e oportunidades de recomeço. -----
2. Mapear a população em situação sem-abrigo que identifique o número, as condições e as necessidades das pessoas em situação sem-abrigo, em colaboração com as IPSS, paróquias, e de mais entidades sociais, com o objetivo de elaborar um plano de intervenção eficaz. -----
3. Reforçar os protocolos com os Alcoólicos Anónimos e Narcóticos Anónimos, para garantir o acesso de quem necessite a reuniões, presenciais ou online, de apoio no concelho, promovendo a recuperação das pessoas com dependências. -----
4. Implementar de um Plano Municipal de Inclusão Social para as pessoas em situação de sem-abrigo, com programas de reintegração, formação e acesso a habitação, com a finalidade de apoiar as pessoas em situação sem-abrigo a recuperar a sua autonomia e reintegrarem-se na sociedade de forma plena. -----
5. Implementar um programa piloto de “Housing First”, com disponibilidade imediata de habitação com o apoio psicossocial contínuo, conforme previsto na Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (ENIPSSA). -----
6. Criar uma unidade móvel de apoio social e de saúde para contacto e acompanhamento de pessoas na situação sem-abrigo. -----

O Membro do Grupo Municipal do PS, **Agostinho Barbosa Vieira Rodrigues Silvestre**, disse que o fenómeno da situação das pessoas sem-abrigo é complexo e muito difícil cujas soluções muitas vezes não resultam, outras vezes há soluções que são boas hoje e amanhã podem não ser. -----

Vão votar favoravelmente a Moção, no entanto algumas soluções previstas estão a ser feitas, como a identificação das pessoas em situação de sem-abrigo, a caracterização sociodemográfica, há várias instituições no concelho a trabalhar este fenómeno. -----

Algumas questões propostas fazem sentido, talvez seja preciso uma melhor articulação com as várias instituições e agentes que estão a tratar o fenómeno da situação dos sem-abrigo no concelho. -----

A Membro do Grupo Municipal da CDU, **Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, disse que iriam votar favoravelmente, mas propunha uma alteração ao ponto 3 para “Apostar na melhor articulação com as entidades do Serviço Nacional de Saúde especializadas nas questões dos comportamentos aditivos e dependências”. -----

O Membro do Grupo Municipal do PAN, **Vítor Fernando Parati Matos Ribeiro**, disse que concordava com a alteração proposta pela Membro Sónia Sousa. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à consideração da Assembleia a alteração do Ponto 3 da Moção, o que foi aceite, de seguida colocou à votação a seguinte Moção, com a alteração, apresentada pelo Grupo Municipal do PAN:

Moção – Pessoas em situação de sem-abrigo -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

A situação de sem-abrigo constitui uma violação grave dos direitos humanos, afetando diretamente a dignidade, segurança, saúde e bem-estar das pessoas. No concelho de Valongo a problemática das pessoas da situação de sem-abrigo tem vindo a crescer. O Grupo Municipal do PAN, testemunhou recentemente esta realidade, com a vista de mais de 15 pessoas nesta situação, só na freguesia de Ermesinde. Como Membro desta Assembleia Municipal e, como alguém que já foi sem-abrigo e enfrentou as dificuldades das dependências, considero que há medidas que podem ser implementadas para que seja possível dar uma nova oportunidade a estas pessoas, tal como a tive. -----

É da responsabilidade do município, proporcionar uma resposta eficaz e humana a esta realidade. Deste modo, propomos que a Assembleia Municipal de Valongo, na sua sessão ordinária de 5 de maio de 2025, delibere aprovar uma moção com o sentido de: -----

1. Criar uma casa de Abrigo Municipal de acolhimento permanente, com a missão de oferecer abrigo seguro, alimentação, higiene e apoio psicossocial. Este espaço será um ponto de partida para a reintegração social das pessoas em situação de sem-abrigo garantindo dignidade e oportunidades de recomeço. -----
2. Mapear a população em situação sem-abrigo que identifique o número, as condições e as necessidades das pessoas em situação sem-abrigo, em colaboração com as IPSS, paróquias, e de mais entidades sociais, com o objetivo de elaborar um plano de intervenção eficaz. -----
3. Apostar na melhor articulação com as entidades do Serviço Nacional de Saúde especializadas nas questões dos comportamentos aditivos e dependências. -----
4. Implementar de um Plano Municipal de Inclusão Social para as pessoas em situação de sem-abrigo, com programas de reintegração, formação e acesso a habitação, com a finalidade de apoiar as pessoas em situação sem-abrigo a recuperar a sua autonomia e reintegrarem-se na sociedade de forma plena. -----
5. Implementar um programa piloto de “Housing First”, com disponibilidade imediata de habitação com o apoio psicossocial contínuo, conforme previsto na Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (ENIPSSA). -----
6. Criar uma unidade móvel de apoio social e de saúde para contacto e acompanhamento de pessoas na situação sem-abrigo. -----

A Moção foi **aprovada por unanimidade**. -----

De seguida colocou à discussão o seguinte Voto de Saudação apresentado pelo Grupo Municipal do BE: -----

Voto de Saudação – Ao 1.º de maio -----

Ao longo dos últimos 51 anos, o 1.º de Maio é classificado como o ponto alto da luta dos trabalhadores portugueses, em defesa das conquistas de abril e a Constituição da República Portuguesa. -----

É também indissociável da democracia, pois em 1974 foi o primeiro desta luta em liberdade. Liberdade de se manifestar, liberdade de reivindicar. -----

Estávamos nos finais do século XIX, mais propriamente a 1 de maio de 1886, dia marcado pelo massacre de trabalhadores em luta por melhores condições de trabalho, quando foi lançada a semente que tarda em desabrochar. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Volvidos 2 séculos, não deixa de ser agonizante que para tantas e tantos trabalhadores, se continue a lutar pelas justas reivindicações do primeiro o 1.º de Maio. -----

Hoje, aumenta o ataque aos trabalhadores, seja pela desregulação dos horários, seja pelo manter de baixos salários, que atira para a pobreza, muitos dos que têm trabalho. -----

Finais do século XIX, lutava-se pelo máximo de 8 horas diárias. 139 anos depois, os trabalhadores são confrontados com aumentos de jornadas diárias que podem chegar às 10 ou 12 horas. -----

Celebrar o 1.º de Maio, é lembrar que os direitos do trabalho nunca são concedidos, são conquistados. -----

O 1.º de Maio, é a vontade coletiva para melhorar as condições de vida e de trabalho, combater as injustiças e as desigualdades, acabar com a exploração. É lembrar que o direito a trabalhar, em condições justas e favoráveis, com uma remuneração justa e satisfatória, que assegura o trabalhador e à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, é um direito humano. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Valongo, reunida em sessão ordinária em 5 de maio de 2025, delibera: -----

1. Saudar o 1.º de Maio e nele a coragem de todos e todas, que exigem dignidade, democracia e progresso social, pela defesa do emprego com direitos, salário e pensões dignas e pela prestação de um serviço público de qualidade para todas e todos; -----
2. Saudar as lutas das trabalhadoras e dos trabalhadores dos setores público, privado e social, por condições de trabalho dignas, salários justos e contra todas as formas de precariedade ou exploração. -

Não se tendo verificado intervenções foi colocada à votação e **aprovada por unanimidade**. -----

Colocou de seguida à discussão o seguinte Voto de Saudação apresentado pelo Grupo Municipal do BE: -----

Voto de Saudação – Ao 25 de Abril -----

No passado 25 de abril, celebramos os 51 anos da revolução. Celebramos ontem, celebramos hoje e devemos celebrar sempre abril, porque a democracia tem de saber o dia em que nasceu. -----

Durante meio século, a revolução de abril estacou a peste do racismo e do autoritarismo. Por isto, a todos os que lutaram, lutam e continuarão a lutar, devemos dizer obrigado. -----

O 25 de abril, inicialmente, cumpriu-se com o fim da censura e com as eleições livres. As primeiras em que as mulheres votaram em igualdade aos homens. Vieram as primeiras eleições autárquicas, início da eleição, livre, de um povo que escolhe quem os representa na política de proximidade. -----

Mas não esqueçamos. A força da derrota da ditadura perdurou, porque foi inscrita num texto, que até hoje é rejeitado pelos herdeiros de Salazar, ou seja, a Constituição, que não é apenas um texto, mas um texto que explana as vontades que um povo, o que quer para o país: liberdade, saúde, educação e habitação para todos.

Hoje, mais ainda quando há forças que, diariamente, tentam alargar a sua influência de saudosismo, cavalcando no que falta fazer, ou que foi feito menos bem, atacam as liberdades conquistadas por um povo que as conquistou, devemos pensar, e gritar bem alto que o 25 de abril faz-se mantendo viva a imaginação e o querer de um Portugal justo e solidário. -----

Diariamente, vemos o discurso de ódio entrar pelo pátio das escolas, pelas ruas, pelo telemóvel. É por isso que não devemos interpretar a democracia como alvo adquirido, mas como algo em que acreditar, e porquê lutar. ---

Não ocultar que abril foi a torrente de alegria, a beleza de vencer o fascismo. Reclamar o futuro é construir o progresso a favor da comunidade e distribuir todos os seus frutos. Afirmamos a certeza de que aqui cabe o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

mundo todo, todos temos o direito a viver em condições iguais e a ter o que precisamos para ter uma vida condigna. -----

Assim a Assembleia Municipal de Valongo, reunida em sessão ordinária em 05.05.2025 delibera: -----

- Manifestar e respeitar formalmente o significado histórico e social do 25 de abril; -----

- Manifestar o apoio às liberdades singulares e coletivas à democracia e aos valores de abril. -----

Não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por maioria** com 28 votos a favor e 1 abstenção do Grupo Municipal do CHEGA. -----

Seguidamente colocou à discussão o seguinte Voto de Pesar apresentado pela Assembleia Municipal

Voto de Pesar Pelo Falecimento de Sua Santidade, o Papa Francisco -----

Foi com profunda consternação e imensa tristeza que tomamos conhecimento do falecimento de Sua Santidade, o Papa Francisco, ocorrido no dia 21 de abril de 2025. A partida de Jorge Mario Bergoglio representa uma perda inestimável para a Igreja Católica e para o mundo inteiro. -----

O Papa Francisco foi um farol de esperança num tempo marcado por crises globais, desigualdades crescentes e polarizações profundas. Primeiro pontífice oriundo da América Latina, o seu papado foi caracterizado por uma abertura sem precedentes ao diálogo inter-religioso, à justiça social, à proteção dos mais vulneráveis e à defesa do planeta. O seu apelo constante por uma “Igreja em saída”, próxima dos pobres, aberta ao mundo e profundamente comprometida com a dignidade humana, ecoou para além dos muros do Vaticano e inspirou líderes e cidadãos de todas as origens e credos. -----

O Papa Francisco reintroduziu com vigor as linguagens da misericórdia, da ternura e da compaixão. Denunciou as estruturas de pecado que perpetuam a exclusão, apelou ao acolhimento dos migrantes, alertou para os perigos da indiferença e confrontou os poderosos com uma coragem rara. A sua encíclica *Laudato Si* tornou-se um manifesto ético para a ecologia integral, e o seu exemplo de simplicidade e coerência pessoal reavivou o sentido espiritual de milhões. -----

Com o seu sorriso franco, palavras desarmantes e gestos de proximidade, Francisco tocou os corações de crentes e não-crentes. O seu legado é imenso e continuará a frutificar nas lutas por um mundo mais justo, mais fraterno e mais humano. -----

Neste momento de luto, expressamos as mais sentidas condolências ao povo católico, ao Colégio dos Cardeais, à Santa Sé e a todos os que encontraram no Papa Francisco uma fonte de inspiração. Que a sua memória nos continue a iluminar e que o seu espírito de serviço, humildade e amor ao próximo permaneça vivo nas nossas consciências e ações. -----

Que descanse em paz. -----

Em 5 de maio de 2025 a Assembleia Municipal de Valongo delibera: -----

Homenagear o Papa Francisco (Jorge Mario Bergoglio), com um minuto de silêncio. -----

Não se tendo verificado foi colocado à votação e **aprovado por unanimidade**, cumprindo-se um minuto de silêncio. -----

Colocou de seguida à discussão o seguinte Voto de Pesar apresentado pelo Grupo Municipal do BE:

Voto de Pesar – Pela morte de Fatma Hassona -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Imagens brutais continuam a entrar-nos pelos olhos dentro. Corpos dilacerados de civis, homens e mulheres. Destruição de escolas, hospitais, centros culturais, bibliotecas. Crianças queimadas vivas em tendas, incendiadas por bombas lançadas por militares israelitas. Ataques deliberados às instalações e ao pessoal da ONU e de organizações humanitárias. Profissionais de saúde abatidos e enterrados em valas comuns. Mais de 150 jornalistas e outros profissionais da comunicação social mortos em Gaza, como lembrava a Federação Internacional de Jornalistas em janeiro passado. -----

Agora foi Fatma Hassona, fotojornalista palestina a ser morta no passado dia 16 de abril com todos os 10 membros da sua família. A sua casa situada em Al Tuffah no norte de Gaza foi o alvo dum bombardeamento do exército israelita. Tinha ela 25 anos. -----

Mais uma vida, entre tantas outras, destruídas por um dedo carregando num botão lançou um míssil para reduzir a escombros mais uma casa em Gaza. -----

Hassona não era apenas uma fotojornalista, mas uma voz humanitária e inesquecível da história da cidade que é atacada todos os dias. Ativistas em prol da verdade e dos direitos do povo palestino, Fatma Hassona destacou-se pela coragem em documentar com a sua câmara fotográfica os horrores dos bombardeamentos israelitas em Gaza, massacres que já ceifaram a vida a mais de 50.000 pessoas. -----

A sua morte trágica ocorreu um dia depois do filme “Put your soul on your hand and walk” da realizadora iraniana Sepidesh Farsi em que Fatma Hassona é protagonista, ter sido selecionado pela Associação do Cinema Independente para o festival de Cannes entre 14 e 23 de maio próximo. -----

A Assembleia Municipal de Valongo, reunida em sessão ordinária em 5 de maio de 2025, delibera: -----

- 1 – Aprovar um voto de pesar pela morte de Fatma Hassona fotojornalista palestina de 25 anos; -----
- 2 - Expressar a mais firme condenação por mais este crime bárbaro; -----
- 3 - Reclamar justiça para Fatma e toda a população civil de Gaza que tem sido massacrada. -----

Não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por maioria** com 27 votos a favor, 1 voto contra do Grupo Municipal do CHEGA e 1 abstenção de Pedro Fernandes do PS -----

O Membro do Grupo Municipal do CHEGA, **Rui Fernando Marques da Silva**, fez a seguinte **Declaração de Voto**: -----

Naturalmente que não votei contra o voto de pesar da morte seja quem for, não é isso que está em causa, o que está em causa é que se nós votássemos pelo título naturalmente que votaria a favor, o problema é que o BE apresenta um título de uma moção, mas depois aproveita a morte de uma pessoa para fazer uma autêntica alteração da realidade, da história e da história recente, que nós assistimos todos os dias e vemos que não é como está referido. -----

Quando o BE tiver a coragem de apresentar um voto de pesar por todos os mortos em conflitos, todos particularmente as vítimas dos grupos de terroristas, que o BE faz questão de branquear e apoiar, nós votaremos naturalmente a favor, até lá não compactaremos com uma ideia de que umas pessoas merecem e as outras não merecem viver. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação a aprovação as minutas dos pontos 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.5 e 2.6 sendo aprovado por unanimidade, dando de seguida por encerrada a reunião. -----

O Presidente: _____